

Saraiva Educação S.A. CNPJ nº 50.268.838/0001-39



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos. As Demonstrações Financeiras completas e auditadas, encontram-se na Sede da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020					
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	468	165	469	Fornecedores				
Títulos e valores mobiliários	6	251.536	149.589	256.589	Fornecedores risco sacado				
Contas a receber	7	20.595	18.688	20.302	Obrigações trabalhistas				
Estoques	8	43.670	41.087	43.631	Imposto de renda e contribuição social a pagar				
Adiantamentos	-	5.672	6.443	5.672	Tributos a pagar				
Partes a recuperar	9	22.641	15.307	23.012	Adiantamentos de clientes				
Partes relacionadas	18	9.610	42.438	9.611	Demais contas a pagar				
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>354.162</b>	<b>273.634</b>	<b>359.286</b>	<b>275.268</b>	Partes relacionadas				
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo					Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis				
Títulos a recuperar	9	57.213	60.318	57.213	15	25.566	7.922	25.566	7.922
Outros créditos	4	-	-	-	25.566	7.922	25.566	7.922	
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	16.1	1.326	1.821	1.326	174.542	108.086	175.532	108.105	
Depósitos judiciais	16.2	821	880	821	<b>Total do passivo</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	77.369	86.286	77.422	<b>Patrimônio líquido</b>				
Partes relacionadas	18	7.698	-	7.698	Capital social	19.1	573.043	570.431	573.043
Investimentos	11	5.395	3.075	1.211	Reservas de capital		276	177	276
Imobilizado	11	3.302	529	302	Reservas de lucro	(236.400)	(245.663)	(236.400)	(245.663)
Intangível	12	7.171	6.488	7.168	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>336.919</b>	<b>324.945</b>	<b>336.919</b>	<b>324.945</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>157.299</b>	<b>159.397</b>	<b>153.165</b>	<b>157.782</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>511.461</b>	<b>433.031</b>	<b>512.451</b>	<b>433.500</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>511.461</b>	<b>433.031</b>	<b>512.451</b>	<b>433.500</b>	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)						
Saldos em 01 de janeiro de 2020	Capital social		Reservas acumuladas		Prejuízos acumulados	
	570.431	-	(229.355)	-	-	341.076
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(16.307)	(16.307)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(16.307)	(16.307)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(16.307)	(16.307)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	177	-	-	177
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	177	-	-	177
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>570.431</b>	<b>-</b>	<b>177</b>	<b>(245.663)</b>	<b>-</b>	<b>324.945</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.204	32.204
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	32.204	32.204
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital (nota explicativa 12)	2.612	-	-	-	-	2.612
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	99	-	-	99
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19.2)	-	-	-	-	(22.941)	(22.941)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	2.612	-	99	-	(22.941)	(20.230)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>573.043</b>	<b>-</b>	<b>276</b>	<b>(236.400)</b>	<b>-</b>	<b>336.919</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
<b>1. Contexto operacional:</b>	A Saraiva Educação S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, fundada em 17 de outubro de 1978, tendo como acionista controladora a empresa Saraiva Educação S.A. ("Saraiva Educação") e como controladora indireta a empresa Sabar Serviços Educacionais S.A. ("Sabar", "Controladora", e "Grupo", quando se referir à sua controladora Cognia Educação S.A., "Cognia", e suas controladas). A Companhia tem como objeto social: (a) edição de livros para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) a formulação de conteúdo digital; (c) soluções educacionais estruturadas com conteúdo, tecnologia e serviços para educação básica e superior; e (d) edição de conteúdo direcionado ao segmento de ensino técnico profissionalizante nas áreas de administração, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, informática, internet, redes, telecomunicações e saúde, produtores editoriais para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração. A Companhia detém o controle das editoras: Joaquinim Ltda. ("Joaquinim"), Editora Pigmento Ltda. ("Pigmento") e Editora Todas as Letras Ltda. ("Todas as Letras"), com participação de 100% no capital social e exerce influência significativa sobre a Minha Biblioteca Ltda. ("MB") e Saraiva Gestão de Marcas Ltda., atualmente com o percentual de 20% e 50% de participação, respectivamente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 04 de outubro de 2022. 1.1. <b>Contexto sobre os impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia:</b> Em continuidade às divulgações realizadas durante o último exercício, a Companhia manteve suas medidas de segurança e prevenção de riscos, seguindo as atualizações das autoridades de saúde e do comércio interno de crise do grupo. Mesmo procedendo com o fechamento de suas unidades presenciais, a Companhia manteve a prestação de serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Assim sendo não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos. Após avaliar os avanços ocorridos no processo de vacinação a partir do segundo semestre de 2021, e também considerar o retorno das medidas de distanciamento social e segurança, a Companhia realizou a reabertura parcial e alguns das suas unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança de seus professores e alunos, exclusivamente para realização de aulas presenciais e/ou estágios (sejam físicos ou digitais). A Companhia segue no modelo digital. A Companhia mantém as suas orientações das autoridades de saúde, e acompanhará os desenvolvimentos dos processos de vacinação, mantendo sempre seus acionistas atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 nos negócios do Grupo. Considerando um cenário que se apresenta de retomada da economia e de um retorno próximo a capacidade total de operação dos seus negócios, o Grupo continua monitorando as mudanças nas variáveis macroeconômicas dos negócios, bem como tem elaborado análises específicas em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos em tempo real, permitindo com isso sua mitigação através de planos de reserva e contingência. 2. <b>Principais práticas contábeis:</b> As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas a seguir: <b>a) Controladas:</b> Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto (quando aplicáveis) são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controlada na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:				
<b>Sociedades consolidadas</b>	<b>Participação no capital social (%)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Controladas diretas:</b>					
Editora Joaquinim Ltda.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Editora Pigmento Ltda.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Editora Todas as Letras Ltda.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>b) Coligadas:</b> As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou controla em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício, e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há influência. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras da Companhia incluem a seguinte empresa coligada:					
<b>Participação no capital social (%)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2020</b>
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0
Minha Biblioteca Ltda.	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
<b>c) Segmento operacional:</b> O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva considera o negócio da prestação de serviços de educação infantil, ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração (o "Grupo de Negócios") e o Grupo de Negócios "SETS" (Sistemas para Ensino Técnico e Superior "SETS"). 2.3. <b>Moeda funcional e de apresentação:</b> Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. <b>Demonstração do resultado abrangente:</b> Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesas (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis), em conformidade com os procedimentos não reconhecidos no demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas. 2.5. <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. 2.6. <b>Ativos e passivos financeiros:</b> Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. <b>a) Ativos financeiros:</b> No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, depósitos judiciais e partes relacionadas às Companhias. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: <b>i)</b> É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e <b>ii)</b> Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: <b>i)</b> É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros em seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia a tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem. Considerando sua respectiva natureza, em 31 de dezembro de 2021 os ativos financeiros da Companhia estão classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários, os quais estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. <b>b) Passivos financeiros:</b> São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)					
Resultado financeiro	Controladora		Consolidado		Resultado financeiro
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>20</b>	<b>195.968</b>	<b>199.957</b>	<b>201.177</b>	<b>200.139</b>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(114.953)	(125.003)	(114.965)	(125.003)	(125.003)
<b>Lucro bruto</b>	<b>80.965</b>	<b>74.964</b>	<b>86.194</b>	<b>86.194</b>	<b>75.136</b>
Recargas (despesas) operacionais	-	-	-	-	-
Com vendas	21	(15.140)	(16.949)	(15.140)	(16.949)
Gerais e administrativas	21	(18.555)	(16.582)	(20.485)	(16.796)
Provisão para perda esperada	21	(3.103)	(7.561)	(3.103)	(7.561)
Outras receitas operacionais	21	-	5.803	-	5.803
Equivalência patrimonial	10	3.921	910	1.557	924
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>48.108</b>	<b>40.575</b>	<b>49.023</b>	<b>40.557</b>	<b>40.557</b>
Resultado financeiro	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	22	8.040	2.652	8.234	2.700
Despesas financeiras	22	(9.714)	(3.005)	(9.715)	(3.042)
<b>Total</b>	<b>(1.674)</b>	<b>(353)</b>	<b>(1.481)</b>	<b>(342)</b>	<b>(342)</b>
<b>Lucro operacional antes dos impostos</b>	<b>46.434</b>	<b>40.222</b>	<b>47.542</b>	<b>40.215</b>	<b>40.215</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Diferidos	17.1	(5.313)	(5.398)	(6.467)	(5.398)
Diferidos	17.1	(8.917)	(5.131)	(8.711)	(5.124)
<b>Total</b>	<b>(14.230)</b>	<b>(56.529)</b>	<b>(15.338)</b>	<b>(56.522)</b>	<b>(56.522)</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>32.204</b>	<b>(16.307)</b>	<b>32.204</b>	<b>(16.307)</b>	<b>(16.307)</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Controladora		Consolidado		Outros resultados abrangentes
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>32.204</b>	<b>(16.307)</b>	<b>32.204</b>	<b>(16.307)</b>	<b>-</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>32.204</b>	<b>(16.307)</b>	<b>32.204</b>	<b>(16.307)</b>	<b>-</b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>46.434</b>	<b>40.222</b>	<b>47.542</b>	<b>40.215</b>	<b>40.215</b>
Lucro antes dos impostos	-	-	-	-	-
<b>Ajustes para conciliação ao resultado:</b>					
Depreciação e amortização	11 e 12	3.396	2.115	3.396	2.115
Provisão para perda esperada	7	3.103	7.561	3.103	7.561
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	3.042	2.649	3.042	2.649
Provisão para perdas dos estoques	-	2.028	9.134	2.028	9.134
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	-	5.977	15	5.977	15
Outorga de opções de ações	-	99	177	99	177
Recebimentos sobre aplicações financeiras	22	(7.901)	(2.484)	(8.095)	(2.532)
Equivalência patrimonial	10	(3.921)	(910)	(1.557)	(924)
<b>Total</b>	<b>52.797</b>	<b>58.479</b>	<b>56.075</b>	<b>58.410</b>	<b>58.410</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>					
(Aumento) redução em contas a receber	(5.010)	33.498	(4.732)	34.975	34.975
(Aumento) redução em estoques	(4.611)	13.558	(4.612)	13.558	13.558
(Aumento) redução em adiantamentos	771	1.111	771	1.111	1.111
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(3.238)	811	(3.480)	858	858
(Aumento) redução em depósitos judiciais	59	778	59	778	778
(Aumento) redução em partes relacionadas	31.546	(1.732)	31.655	(3.005)	(3.005)
(Aumento) redução em outros créditos	(4)	-	-	-	-
(Aumento) aumento em fornecedores	14.123	13.678	13.844	13.500	13.500
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	11.656	(1.479)	11.813	(1.479)	(1.479)
(Redução) aumento em tributos a pagar	995	(1.720)	821	(1.706)	(1.706)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	1.947	2.741	1.947	2.741	2.741
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(1.956)	(2.542)	(1.956)	(2.552)	(2.552)
(Aumento) redução em outras contas a pagar	(1.956)	(2.542)	(1.956)	(2.552)	(2.552)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>99.057</b>	<b>117.160</b>	<b>102.184</b>	<b>117.564</b>	<b>117.564</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(991)	(2.799)	(1.040)	(3.088)	(3.088)
<b>Caixa líquido gerado pela atividade operacional</b>	<b>98.066</b>	<b>114.361</b>	<b>101.144</b>	<b>114.476</b>	<b>114.476</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Investimento de títulos e valores mobiliários	(94.099)	(113.784)	(97.384)	(114.560)	(114.560)
Adições ao imobilizado	11	(30)	-	(30)	

continuação

Saraiva Educação S.A.

CNPJ nº 50.268.838/0001-39



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não incluem, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Apresentamos a seguir os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo - Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	468	165	469	171
Contas a receber	20.595	18.688	20.302	18.673
Partes relacionadas	17.308	42.438	17.309	42.437
	<b>38.375</b>	<b>61.291</b>	<b>38.084</b>	<b>61.281</b>
<b>Ativo - Valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos e valores mobiliários	1	251.506	149.506	256.589
		<b>251.506</b>	<b>149.506</b>	<b>256.589</b>
<b>Passivo - Custo amortizado</b>				
Fornecedores	21.144	24.686	20.859	24.680
Fornecedores risco sacado	61.072	43.407	61.072	43.407
Demais contas a pagar	6.242	260	243	259
Partes relacionadas	37.117	18.943	37.240	18.955
	<b>119.575</b>	<b>87.296</b>	<b>119.414</b>	<b>87.301</b>

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis aqueles praticados no mercado. **4.2. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia e o Conselho de Administração juntos supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos de gestão de capital: a) **Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não realizaram qualquer operação com derivativos durante o ano de 2021. b) **Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de gerenciar o saldo de caixa e os passivos financeiros vinculados a essas taxas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui passivos financeiros que possam incorrer em perdas decorrentes das flutuações nas taxas de mercado. c) **Risco de crédito:** O risco de crédito de uma operação é o risco de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos. As contas a receber de clientes são compostas por distribuidores de livros, Governo (PNLD), escolas, franqueados e pessoas físicas vinculadas a prestação de serviços de ensino básico. O risco desse risco é administrado conforme agenda do vencimento dos títulos e da segregação entre segmentos de serviços prestados e produtos vendidos. Instituições financeiras e depósitos em dinheiro: A Companhia restringe sua exposição a risco de crédito em operações a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

**Caixa e Equivalentes de caixa (nota explicativa 5)**  
Não aplicável

**Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 6)**  
AA

A variação na classificação dos saldos entre períodos é atribuída às mudanças de "rating" pela agência de classificação de risco, Fitch Ratings. **d) Risco de liquidez:** Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, é realizada de forma centralizada pelo departamento de finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades da Companhia para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a Companhia também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pela Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se as contas a pagar a fornecedores e operações de risco sacado. O principal propósito dessas passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou passivo.

**Passivos financeiros reais por faixa de vencimento:**

	Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Fornecedores	20.859	-	20.859
Fornecedores - Risco Sacado	61.072	-	61.072
	<b>81.931</b>		<b>81.931</b>
<b>Passivos financeiros reais por faixa de vencimento - Projetado (i):</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Fornecedores	20.859	-	20.859
Fornecedores - Risco Sacado	64.546	-	64.546
	<b>85.404</b>		<b>85.404</b>

(i) Considera o cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: CDI - 4,42% e IPCA - 10,06% ao ano. **4.3. Gestão de capital:** Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta uma estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

**Caixa líquido (dívida líquida)**

**Índice de alavancagem financeira**

**4.4. Análise de sensibilidade:** A seguir apresentamos o quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, a taxa projetada do CDI - 4,42% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Exposição base 31/12/2021	Cenário possível		Cenário Remoto	
	Risco provável	-25%	-25%	-50%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	257.058	11.371	14.214	17.057
	<b>257.058</b>	<b>11.371</b>	<b>14.214</b>	<b>17.057</b>

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

**Caixa**

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, sendo parte significativa realizada a partir de fundos exclusivos. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 102,16% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (94,91% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

**6. Títulos e valores mobiliários:**

LFT - Letras do Tesouro Nacional

LFT - Letra Financeira do Tesouro

Circulante

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 102,16% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (94,91% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

**7. Contas a receber: 7.1. Composição:**

Contas a receber

Livros didáticos e paradidáticos

Outros

Provisão para perda esperada

Contas a receber de clientes, líquidas

**7.2. Análise dos vencimentos das contas a receber:**

**Valores a vencer**

**Vencidos**

Até 30 dias

Entre 31 e 60 dias

Entre 61 e 90 dias

Entre 91 e 180 dias

Entre 181 e 365 dias

**Total vencidos**

Provisão para perda esperada

**Percentual de P/LCDR Bruto**

**7.3. Provisão para perda esperada:** A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 18 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua performance de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade de cliente de liquidar os recebíveis.

**8. Estoques:**

Produtos acabados

Produtos em elaboração

Matérias-primas

Importações em andamento

A movimentação da provisão para perdas em estoques de produtos acabados é apresentada a seguir:

**Saldo inicial**

**Constituição**

**Saldo final**

**9. Tributos a recuperar:**

IRPJ e CSLL a recuperar (i)

PIS, COFINS e ISS a recuperar (ii)

Outros tributos a recuperar

Circulante

Não circulante

(i) Refere-se a valores a recuperar de IRRF retido de aplicações e notas fiscais, IRPJ, CSLL, os quais podem ser utilizados para compensar tributos federais administrado pela Receita Federal do Brasil; (ii) Refere-se a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço. **10. Investimentos: a) Composição dos investimentos em controladas diretas:**

**Controladora**

Minha Biblioteca Ltda. 1.211 1.454

Editora Joaquim Ltda. 876 418

Editora Pígnimo Ltda. 835 558

Editora Todas as Letras Ltda. 2.474 696

**b) Composição dos investimentos em controladas diretas:**

**Participação no Patrimônio Líquido**

Editora Joaquim Ltda. 100% 10.000 1.104 225 879 458

Editora Pígnimo Ltda. 100% 10.000 962 127 835 297

Editora Todas as Letras Ltda. 100% 10.000 3.390 915 2.475 1.609

**c) Composição dos investimentos em empresas não consolidadas:**

**Participação no Patrimônio Líquido**

Minha Biblioteca Ltda. 20% 500.000 34.838 28.785 6.053 7.786

**10.1. Movimentação dos investimentos: a) Controladora:**

**Investimento**

Saldo em 31/12/2020 1.454 418 538 666 3.075

Resultado de equivalência patrimonial 1.557 458 297 1.609 3.921

Distribuição de dividendos (1.800) - - - (1.800)

Aumento de capital - - - 200 200

Saldo em 31/12/2021 1.211 876 835 2.474 5.396

**Investimento**

Saldo em 31/12/2019 890 119 213 285 1.507

Resultado de equivalência patrimonial 924 - (12) (2) 910

Distribuição de dividendos (360) - - - (360)

Aumento de capital - 298 337 383 1.018

Saldo em 31/12/2020 1.454 417 538 666 3.075

(ii) Refere-se a Investimento não eliminado no Consolidado, a qual a Companhia detém 20% de participação com controle compartilhado. **b) Consolidada:** A Companhia detinha um investimento não eliminado em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 1.454 em 31 de dezembro de 2020 relativo à investida minha Biblioteca, na qual possui participação minoritária de 20%.

**11. Imobilizado:**

**Equipamentos de informática**

**Móveis, equipamentos e utensílios**

**Edificações**

**Total**

Saldos em 01 de janeiro de 2020 181 110 541 831

Depreciações (111) (13) (179) (303)

**Saldos em 31 de dezembro de 2020**

Adições 12 8 362 380

Depreciações (66) (13) (179) (258)

**Saldos em 31 de dezembro de 2021**

Taxa média anual de depreciação 23% 10% 11%

**Saldo em 31 de dezembro de 2021**

Custo 395 131 893 1.430

Depreciação acumulada (379) (40) (709) (1.128)

**12. Intangível:**

**Softwares**

**Produção de conteúdo**

**Total**

Saldos em 31 de dezembro de 2019 7.631 152 7.783

Adições 108 408 516

Amortizações (1.649) (163) (1.812)

**Saldos em 31 de dezembro de 2020**

Adições 100 1.647 1.747

Adição por reorganização societária (i) 7 2.605 2.612

Amortização (1.821) (1.858) (3.679)

**Saldos em 31 de dezembro de 2021**

Taxa média anual de amortização 20% 40%

Custo em 31 de dezembro de 2021 9.767 9.865 19.632

Amortização acumulada em 31 de dezembro de 2021 (5.390) (7.075) (12.465)

(i) Relativo à reorganização societária realizada em 01 de julho de 2021, através do aporte de bens e ativos que anteriormente estavam alocados em uma outra entidade do Grupo Cogna. **12.1. Testes do ativo para verificação de "impairment" por modalidade:** A Companhia realiza anualmente (ou em caso de eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment), a análise de recuperação de seus ativos. Assim sendo, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi constatada nenhuma necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos. **13. Fornecedores - risco sacado:** Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R\$ 61.072 (R\$ 43.407 em 31 de dezembro de 2020), as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,05% a.m. e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é inicialmente contraído líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira.

**14. Obrigações trabalhistas:**

**Salários a pagar**

**INSS a recolher**

**FRTS a recolher**

**IRRF a recolher**

**Provisão de férias**

**Encargos sobre provisões**

**Provisão de participação dos lucros**

**Outros**

**15. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais:** A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda dos processos judiciais e administrativos nos quais figura como parte (ré), **15.1. Processos com expectativa de perda provável e movimentação:** No quadro a seguir demonstramos a movimentação de contingência do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

**Controladora**

**Tributárias**

Saldo em 31/12/2020 5.841 4 2.077 7.922

Contrato de indenização Saber 7.698 - - 7.698

Adições 3 19 3.182 3.204

Atualização monetária - - (246) 246

Provisões - - (6) (163)

**Total efeito resultado**

Pagamentos (3) (13) (1.940) (1.956)

**Total pagamentos**

Adição Ex Mantenedor - - 3 377 380

Atualização Monetária Ex Mantenedor - - - 170 170

Reversão Ex Mantenedor - - (7) (1.038) (1.045)

**Total Ex Mantenedor**

Atualização monetária IFRIC 23 5.731 - - 5.731

Saldo principal IFRIC 23 3.378 - - 3.378

Saldo em 31/12/2021 22.649 - - 2.918 25.566

**15.2. Principais processos por natureza:** Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários: **Processos de natureza tributária:** • Mediante histórico e análise de risco de autuações em decorrência do aproveitamento do ativo em aquisições realizadas pela Somos, com a consequente constituição do crédito tributário pela autoridade fazendária, considerou-se um potencial obrigação resultante de eventos passados no montante de R\$7.698, e • Relativo às provisões para contingências processuais atreladas ao ativo não materializadas na combinação de negócios, os quais são excluídos da apuração de imposto de renda e contribuição social. O montante já considera as taxas e multas aplicáveis em caso de autuação. **Processos de natureza trabalhista:** • A Companhia é parte em processo cujo autor postula: acúmulo de função, comissões, diferenças salariais, e demais verbas trabalhistas no valor de R\$ 928. **15.3. Processos com expectativa de perda provável:** O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia:

**Controladora**

**Cível**

**Trabalhistas**

**Total**

Saldo em 31/12/2020 821 880 821 880

Adição 3 377 380

Atualização monetária - - 17

\* continuação

Saraiva Educação S.A.

CNPJ nº 50.268.838/0001-39



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Saraiva Educação S.A. - São José dos Campos - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saraiva Educação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saraiva Educação S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior. Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de setembro de 2021, com modificação referente a comparabilidade das despesas de imposto de renda do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com o exercício de 31 de dezembro de 2019. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 04 de outubro de 2022

KPMG  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/0-6

Flávio Gozzoli Gonçalves  
Contador - CRC 1SP290557/0-2

REVITA ENGENHARIA S.A.

CNPJ/ME nº 08.623.970/0001-55 - NIRE 35.300.338.952

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2022**

1. **Data, Hora e Local.** Realizada no dia 16 de setembro de 2022, às 10:00, na sede social da Revita Engenharia S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Gonçalves Madeira, 400FR, térreo, sala 1, Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia").

2. **Convocação e Presenças.** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presenças.

3. **Deliberações.** A acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, decide consolidar o estatuto social da Companhia, na forma do Anexo I da presente ata.

4. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Conforme com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 16 de setembro de 2022. **Mesa: Anafrel Vargas Pereira da Silva** - Presidente, **Eduardo Alves Rodrigues** - Secretário, **Acionista: Solvi Essencs Ambiental S.A.** - Por Anafrel Vargas Pereira da Silva e Eduardo Alves Rodrigues. JUCESP nº 601.624/22-1 em 29.09.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Anexo I - REVITA ENGENHARIA S.A.** - CNPJ/ME nº 08.623.970/0001-55 - NIRE 35.300.338.952 - **ESTATUTO SOCIAL** - Capítulo Primeiro. Denominação, objeto, sede e duração. **Artigo 1º.** A sociedade, denominada Revita Engenharia S.A., constituída sob a forma de sociedade anônima, reger-se-á pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: (a) saneamento ambiental, prestação de serviços de operação de sistemas de água potável, incluindo suas instalações e processos de captação, adução, tratamento, armazenamento e distribuição de água potável, bem como sua administração e respectivas obras ou estudos; prestação de serviços de operação de sistema de esgoto, incluindo suas instalações e processos de coleta, tratamento e disposição de águas servidas, bem como sua administração e respectivas obras ou estudos; prestação de serviços de gestão comercial; e prestação de serviços de controle gerencial da qualidade da água potável ou água servida; (b) execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e tratamento de lixo domiciliar, hospitalar, de estabelecimento de saúde, comercial e industrial; (c) variação, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos, privados e de feiras livres; (d) limpeza de bocas de lobo e galerias de águas pluviais; (e) implantação, operação e execução de aterros sanitários e congêneres; (f) construção, montagem e operação de usinas de tratamento, reciclagem, incineração, compostagem e trituração de resíduos, em qualquer de suas formas, bem como de usinas para obtenção de fontes alternativas de energia; (g) construção civil em geral e montagem industrial; (h) comercialização dos produtos e subprodutos obtidos a partir das usinas de destinação final de resíduos; (i) estudos, projetos, direção, gerenciamento e fiscalização de obras e serviços relacionados com as atividades sociais; (j) participação no capital social de qualquer sociedade brasileira ou estrangeira, no país ou no exterior, por meio de aquisição e/ou alienação das respectivas ações e/ou quotas, figurando, portanto, como sócio/quotista ou acionista; (k) administração de bens, e (l) locação de veículos e equipamentos. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Gonçalves Madeira, 400FR, térreo, sala 01, Jaguaré, CEP 05348-000. **Parágrafo único.** A critério da Assembleia Geral, a Companhia poderá abrir e extinguir filiais ou qualquer outros estabelecimentos no país ou no exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo Segundo** - Capital Social. **Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$494.028.248,00 (quatrocentos e noventa e quatro milhões, vinte e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais), dividido em 494.028.248 (quatrocentos e noventa e quatro milhões, vinte e oito mil, duzentos e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. **Parágrafo primeiro.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo segundo.** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem direito a voto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas. **Parágrafo terceiro.** As ações preferenciais, se emitidas, serão nominativas e não terão direito a voto, mas gozarão de prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. **Artigo 6º.** A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo titular no livro de "Transferência de Ações Nominativas". **Artigo 7º.** Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações da Companhia deverão ser assinados por quaisquer 02 (dois) Diretores, em conjunto. **Capítulo Terceiro** - Assembleia Geral. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social: (a) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia o exigirem, conforme a legislação ou este estatuto social. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, representada por 02 (dois) Diretores, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, observadas as demais disposições legais afins e será presidida por qualquer dos acionistas, o qual convidará alguém, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos. **Artigo 10º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, ou administrador da Companhia, ou advogado ou instituição financeira, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social da Companhia em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia Geral. **Artigo 11.** Ressalvadas as exceções previstas na Lei 6.404/76, conforme alterada, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto e em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer quórum. **Artigo 12.** Ressalvadas as exceções legais, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes na Assembleia Geral. **Parágrafo único.** Além daquilo previsto em lei, as seguintes matérias dependem de aprovação da Assembleia Geral: (a) a abertura e extinção de filiais ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, no país ou no exterior; (b) a aquisição, oneração ou alienação, pela Companhia, a qualquer título, de participação em outras sociedades, ou ainda a sua participação em consórcios ou em grupo de sociedades; (c) a aprovação de qualquer operação de fusão, cisão, incorporação de sociedade ou de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Companhia, suas ações e/ou outros valores mobiliários de sua emissão; (d) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, ressalvadas as garantias concedidas (i) em operações de até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), de qualquer modalidade de seguro, tomada de crédito, empréstimo ou financiamento de sociedades das quais a Companhia participe como sócia, acionista, controladora direta ou indireta e demais sociedades pertencentes ao respectivo grupo econômico; e (ii) desde que a constituição de ônus reais e a prestação da garantia seja proporcional à participação da Companhia ou da sociedade do grupo econômico na sociedade tomadora da operação de seguro, tomada de crédito, empréstimo ou financiamento; (e) a aprovação de política de remuneração e benefícios dos empregados da Companhia, bem como sobre qualquer participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia; (f) a definição e aprovação do Código de Conduta da Companhia; (g) a emissão de quaisquer valores mobiliários ou de opções de compra de valores mobiliários de emissão da Companhia; (h) a aprovação do

Companhia de Seguros

Previdência do Sul - Previsul

CNPJ/ME nº 92.751.213/0001-73 - NIRE 43.30006123

ATA da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Junho de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Realizada eletronicamente aos 30 dias do mês de junho de 2022, às 17h30, considerando-se realizada a partir da sede da Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul ("Companhia").

2. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a manifestação da totalidade dos Conselheiros.

3. **Presença:** Manifestaram-se a Presidente do Conselho, Sra. Asma Zidani EP Baccar e os Conselheiros Srs. Gregoire Saint Gal de Pons, Maximiliano Alejandro Villanueva e Rafael de Oliveira Moraes.

4. **Mesa:** Presidente: Asma Zidani EP Baccar; e Secretário: Vitor de Araujo Cardoso.

5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) Business Plan 2022; (ii) Adesão à Política e ao Regulamento de Auditoria Interna da Companhia; (iii) Eleição da Diretoria Executiva; (iv) Redistribuição das funções SUSEP; (v) Criação do Comitê de Risco da Companhia, com a consequente aprovação do seu Regimento Interno; (vi) Nomeação dos membros integrantes do Comitê de Risco da Companhia; (vii) Nomeação da Gestora diretamente responsável pela Unidade de Conformidade e do Diretor responsável pelos Controles Internos da Companhia; (viii) Individualização da remuneração dos Administradores para o exercício de 2022; e para conhecimento; (ix) Resultados 1º Trimestre de 2022; (x) Apresentação dos Resultados Consolidados de 2021; e (xi) Relatório de Eletividade PLD/FT. **6. Deliberações:** A unanimidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sem quaisquer ressalvas, deliberou sobre: **6.1.** Business Plan 2022: Aprovaram o Business Plan 2022, nos termos da apresentação vinculada à presente reunião, que fica arquivada na sede da Companhia. **6.2.** Adesão à Política e ao Regulamento de Auditoria Interna: Aprovaram a adesão da Companhia à Política e ao Regulamento de Auditoria Interna, previamente aprovados pelo Conselho de Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A. em 25 de março de 2022, conforme material vinculado à presente reunião e que fica arquivado na sede da Companhia. **6.3.** Eleição da Diretoria Executiva: Em adequação à Resolução CNSP nº 416/21, aprovaram (i) como Diretor Presidente, a eleição do Sr. Eduardo Fabiano Alves da Silva, brasileiro, solteiro, seguritário, portador da cédula de identidade RG nº 58.590.063-2 (SSP/IIRGD-SP), inscrito no CPF sob o nº 099.811.077-94, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, CEP 70701-050, em substituição ao Sr. Renato Wolf Pedrosa, cujo mandato se encerrou em maio/2022; (ii) como Diretor Financeiro, a reeleição do Sr. Fernando Gonçalves de Moraes, brasileiro, divorciado, auditor, portador da Cédula de Identidade RG nº 11378344-3 IFF/RJ, inscrito no CPF/ME nº 025.888.097-07, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 7º andar, conjunto 72, torre 4, Edifício Berrini One, Cidade Monções, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iii) como Diretor de Riscos e Controles Internos, a eleição do Sr. Paulo Otávio Silva Câmara, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, atuariário, portador da Cédula de Identidade RG nº 429867 MAE/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 688.739.991-15, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, CEP 70701-050, todos com mandato de 03 (três) anos, até 30 de junho de 2025. Os Conselheiros tomaram conhecimento que os Diretores qualificados acima preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/21 e na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. Os Diretores declaram, sob as penas da lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades empresárias ou administração de sociedades empresárias, bem como não estão impedido para o exercício da atividade mercantil ou terem sido condenados à pena de morte, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Os Conselheiros serão empousados em seus respectivos cargos após o cumprimento das formalidades legais, sendo certo que a eleição foi dada amplo conhecimento dos preceitos estipulados na referida Resolução CNSP nº 422/21 e demais disposições legais aplicáveis. **6.3.1.** Diante do exposto, em atenção ao disposto na Resolução CNSP nº 422/21 e à deliberação do Conselho de Administração, a composição da Diretoria Executiva e a nova distribuição entre as suas designações ficarão conforme definido abaixo: - Sr. Eduardo Fabiano Alves da Silva, como Diretor Presidente, com as seguintes funções: a) Diretor responsável pelo registro das apólices e endossos emitidos, bem como dos segurados aceitos, nos termos do artigo 2º da Resolução CNSP nº 143/05; b) Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos do artigo 22 da Resolução CNSP nº 431/21; - Sr. Fernando Gonçalves de Moraes, como Diretor Financeiro, com as seguintes funções: a) Diretor responsável técnico, nos termos do artigo 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/03 e do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/21; b) Diretor responsável administrativo-financeiro, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234/03; c) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, nos termos do artigo 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/21; d) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações do artigo 13 da Resolução CNSP nº 383/20; e) Diretor responsável pelo Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance), nos termos do artigo 31 da Resolução CNSP nº 42/21; f) Diretor responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Circular SUSEP nº 234/03; - Sr. Paulo Otávio Silva Câmara, como Diretor de Riscos e Controles Internos, com as seguintes funções: a) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.619/98, nos termos do artigo 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234/03 e do artigo 12 da Circular SUSEP nº 612/20; b) Diretor responsável pelos Controles Internos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/21; c) Diretor responsável pela política institucional de conduta, nos termos do artigo 12, da Resolução CNSP nº 382/20. **6.3.2.** Tendo em vista a revogação das Circulares Susep nº 344/07 e nº 442/12, a Companhia deixa de ter um diretor formalmente designado junto à Susep como responsável específico pela prevenção de fraudes e pela contratação de correspondentes de Microseguro e pelos serviços por eles prestados. **6.4.** Criação do Comitê de Risco. Aprovaram a criação do Comitê de Riscos da Companhia, em atenção à Resolução CNSP nº 416/21, com a consequente aprovação do seu Regimento Interno, na forma da proposta apresentada certificada pela mesa e arquivada na sede da Companhia. **6.5.** Nomeação dos membros integrantes do Comitê de Risco. Em adequação à Resolução CNSP nº 416/21, aprovaram a nomeação dos seguintes membros do Comitê de Riscos, o Sr. Mario Chomez, francês, solteiro, atuariário, portador do passaporte 18CB81302 e inscrito no CPF/ME sob o nº 714.298.771-54, residente e domiciliado na Cidade de Paris, França, com endereço comercial no 4 Place Raoul Dautry 75716 Paris Cedex 15; o Sr. Fernando de Rosa, brasileiro, divorciado, gerente, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.078.434-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 097.107.718-46, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no SQS 103 Bloco L, Apartamento 406, CEP 70670-309 e a Sra. Cristina Maria Canthanhede Amarante Bissotto Mano, brasileira, casada, atuariária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 03.141.654/8 Detran RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 664.116.707-06, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sacopá, 61, apartamento 202, Lagoa, CEP: 22471-180, para o cargo de Coordenadora do Comitê de Riscos. Os Conselheiros tomaram conhecimento que os membros do Comitê de Riscos qualificados acima preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 416/21, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. Os membros do Comitê de Riscos declaram, sob as penas da lei, que mantêm a condição de não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades empresárias ou administração de sociedades empresárias, bem como não estar impedido para o exercício da atividade mercantil ou ter sido condenado à pena de morte, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. **6.6.** Gestora diretamente responsável pela Unidade de Conformidade da Companhia: Em conformidade com a Resolução nº 416/21, aprovaram a nomeação (i) da Gestora diretamente responsável pela Unidade de Conformidade da Companhia, a Sra. Sylvia Rocha da Silva Varoto, brasileira, advogada, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9039027951 SSP/PCRS, inscrita no CPF/ME sob o nº 969.930.910-91, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, CEP 70701-050, com mandato por prazo indeterminado, conforme material vinculado à presente reunião e que fica arquivado na sede da Companhia; e (ii) do Sr. Paulo Otávio Silva Câmara, acima qualificado, como Diretor responsável pelos Controles Internos da Companhia. **6.7.** Individualização da remuneração dos Administradores para o Exercício de 2022: Aprovaram a proposta de individualização da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva para o exercício de 2022, a qual fica arquivada na sede da Companhia. **7. Conhecimento:** Os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento dos seguintes temas, conforme apresentações vinculadas à presente reunião e que ficam arquivadas na sede da Companhia: (i) Resultados 1º Trimestre; (ii) Reapresentação dos Resultados Consolidados de 2021, conforme solicitação do Conselheiro Rafael Moraes; e (iii) Relatório de Eletividade PLD/FT. Concerne aos temas (i) e (ii), o Conselheiro Rafael Moraes solicitou uma reunião com a Diretoria Executiva da Companhia para que seja exposto pelo management um detalhamento das ações para reversão do prejuízo. O Conselheiro pontuou que a Companhia apesar de prever um crescimento de 51%, propõe um prejuízo pelo segundo exercício consecutivo. Neste contexto, solicitou uma explicação mais detalhada da Diretoria Financeira acerca dos motivos do resultado financeiro reduzi 24% e do adicional, um plano para redução de despesas administrativas que continuam crescendo 2%. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas:** Mesa: Asma Zidani EP Baccar, Presidente da Mesa; e Vitor de Araujo Cardoso, Secretário da Mesa. **Membros do Conselho:** Asma Zidani EP Baccar, Gregoire Saint Gal de Pons, Maximiliano Alejandro Villanueva e Rafael de Oliveira Moraes. **Diretores Eleitos:** Paulo Otávio Silva Câmara, Diretor de Riscos e Controles Internos; Eduardo Fabiano Alves da Silva, Diretor Presidente; e Fernando Gonçalves de Moraes, Diretor Financeiro. A presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Brasília/DF, 30 de junho de 2022. Vitor de Araujo Cardoso, Secretário da Mesa. **Protocolo JUCESP** nº 2.277.698/22-2. **Registro JUCESP** nº 600.832/22-3, em 28/09/2022. Gisela Simiema Ceschin, Secretária-Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente nos dias 8, 9 e 10/10/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7E2F-24E7-2F5D-5C5D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7E2F-24E7-2F5D-5C5D



### Hash do Documento

712B14E91FA24E2B56BE3FAA6EAB7CDE973D0F2513A36BFCB5E966626253B60C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/10/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 08/10/2022 06:46 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



## LBR - Látceos Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.341.881/0001-30 - NIRE 95300455096

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas da **LBR - Látceos Brasil S.A.** ("Companhia") para se reunirem no dia 26 de outubro de 2022, às 9h30min, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Rua Cândido Soares, 72, 3º andar, conjunto 813, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE)", a ser realizada para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (A) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (a) Deliberar e aprovar o reembolso de recursos à acionista BNDES Participações S.A., por meio da celebração de instrumento de confissão de dívida, nos termos previsto no Estatuto Social da Companhia, artigo 8º, item (ee), do Capítulo III - Assembleias Gerais e o constante nas definições do Capítulo I do Acordo de Acionistas. (b) Deliberar e aprovar a contratação da empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. para realização de trabalhos de auditoria externa da Companhia e suas empresas Controladas. (c) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **Informações Gerais:** - O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido de documento que comprov sua identidade e seus poderes de representação, conforme o caso. - Nos termos do artigo 121, Parágrafo Segundo da Lei nº 6.404/1976, o acionista poderá participar e votar a distância mediante ingresso através da plataforma digital de vídeoconferência Zoom.

## Augustus Holding S/A

CNPJ nº 09.334.007/0001-14 - NIRE nº 35.300.352.009

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de Agosto de 2022

**Data, Hora e Local:** Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2022, às 12:00 horas, na sede social da **Augustus Holding S/A**, na Rua Líbero Badaró, 377 - 8º andar - conj. 810, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme lista de presença anexa à ata (**Anexo I**). **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124 parágrafo 4º da Lei nº 6404/76, considerando estarem presentes todos os acionistas da sociedade. **Composição da Mesa:** Presidente: **Nilton Molina**; Secretário: **Fernando Rodrigues Mota**. **Ordem do Dia:** Aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas. **Deliberação:** Deliberaram os acionistas presentes, à unanimidade, pela aprovação da distribuição de dividendos, no montante de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais) proporcionalmente às suas participações no capital social, provenientes dos recursos disponíveis na Reserva de Lucros da Companhia e, que, portanto, já foram objeto de apreciação por parte da Administração, cumprindo com as obrigações legais e aquelas fixadas em seu Estatuto Social. Outrossim, deliberaram os acionistas que a ordem de pagamento dos dividendos será realizada até o dia 10 de setembro de 2022. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 15 de agosto de 2022. **Nilton Molina** - Presidente da Mesa; **Fernando Rodrigues Mota** - Secretário. **JUCESP nº** 480.401/22-6 em 20/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Augustus Participações S/A

CNPJ nº 51.548.691/0001-01 - NIRE nº 35.300.003.535

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Dezembro de 2021

**Data, Hora e Local:** Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro de 2021, às 13:00 horas, na sede social da **Augustus Participações S/A**, na Rua Líbero Badaró, 377 - 27º andar - conj. 2704, parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença os acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital votante. **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124 parágrafo 4º da Lei nº 6404/76, considerando estarem presentes todos os acionistas da sociedade. **Composição da Mesa:** Presidente: o acionista **Nilton Molina**; Secretária: a acionista **Sara Molina**. **Ordem do Dia:** Assembleia Geral Extraordinária: Apreciar e deliberar sobre: a) A alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade dos presentes: **Assembleia Geral Extraordinária:** (a) Alterar a sede social da Companhia para a Rua Líbero Badaró, nº 377, 8º andar, conjunto 810 - Parte, Centro, São Paulo - SP b) Alteração do caput do artigo 2º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 2º: - A Sociedade tem sua sede social na Rua Líbero Badaró, nº 377, 8º andar, conjunto 810 - Parte, Centro, São Paulo - SP. São Paulo, 10 de dezembro de 2021. Nilton Molina - Presidente da Mesa; Sara Molina - Secretária. JUCESP nº** 483.498/22-1 em 23/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Geneseas Holding S.A.

CNPJ: 12.022.940/0001-60 - NIRE: 35.300.379.292

### Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da **Geneseas Holding S.A.** ("Companhia") convoca os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 09 horas do dia 14/10/2022, na sede social da Companhia, localizada na Rua Arizuma, 1.366, 7º andar, Conj. 72, Sala B, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04567-900, Brasil, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: i) Ratificar a autorização para a Companhia ajuizar pedido de recuperação judicial ou pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, conforme Ata de Reunião de Diretoria realizada em 21 de setembro de 2022, nos termos do artigo 122, inciso IX, e parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, autorizando a diretoria a assinar todos os documentos necessários para tanto; ii) Ratificar a aprovação dos pedidos de recuperação judicial das sociedades controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como o voto da Companhia referido nas Reuniões de Sócios de referidas sociedades, conforme aplicável; e iii) Ratificar todos os atos já praticados pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, seus Diretores ou seu(s) pro(s)curador(es) relacionados aos atos indicados acima. **Informações Gerais:** Todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas conforme ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Poderão participar da Assembleia os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores mediante apresentação de instrumento de procuração, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

André Luis São Pedro Leal

## GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Em constituição

### ATA DE ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2022

Aos 04 (quatro dias) de abril de 2022, às 09:00 horas, na Rua Ministro Jesuino Cardoso, 633, 8º andar, conjunto 81, sala 8, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.544-051, reuniram-se em assembleia os subscritores da totalidade do capital social da sociedade anônima a ser denominada Gaia Impacto Recicleros Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), para deliberar sobre a constituição da sociedade, que terá sede no local de realização da Assembleia, como objeto social o propósito específico de realizar securitização de créditos financeiros, nos termos da Resolução CMN nº 2686, de 26 de janeiro de 2000, conforme atenuações específicas no texto do estatuto social melhor detalhado no estatuto social (Anexo I); e capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, cujo valor unitário é de R\$ 1,00 (um real). A Assembleia foi presidida pelo Diretor Presidente, Emerson Romualdo Fernandes, que convidou a mim, Emerson Romualdo Fernandes, para secretariar; e assim formou-se a Mesa. O Presidente declarou regularmente instalada a assembleia, sem necessidade de convocação, conforme o disposto no §1º do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, verificado o quórum da totalidade dos subscritores, que são: (i) GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrada no NIRE 35.300.418.514, com endereço na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 82, sala 1, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, CEP 04544-051, representada por seu Diretor Presidente, João Paulo dos Santos Pacifico, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 267.616.938-61, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (ii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 1**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 2**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 3**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 4**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 5**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 6**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 7**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 8**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 9**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 10**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 11**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 12**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 13**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 14**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 15**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 16**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 17**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 18**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 19**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 20**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 21**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 22**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 23**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 24**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 25**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 26**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 27**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 28**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 29**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 30**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 31**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 32**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93, e registrado no NIRE 35.300.418.514, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04544-051; e (iii) JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO, anteriormente qualificado. Por solicitação do Presidente, li em voz alta a Ordem do Dia: (a) deliberar sobre a constituição da sociedade anônima GAIA IMPACTO RECICLEIROS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., com aprovação do projeto do estatuto social; (b) eleger os administradores da Companhia e fixar a sua remuneração; (c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal a eleição de seus membros, se for o caso; e (d) o que ocorrer. Em seguida, entreguei aos subscritores o projeto de estatuto social e os boletins de subscrição das ações, bem como li em voz alta o recibo de depósito do capital social total integralizado em dinheiro. O Presidente entendeu submeter o projeto de estatuto social à discussão e votação dos subscritores, o qual foi aprovado na forma do texto que integra e complementa esta Ata como **Anexo 33**, acompanhados dos boletins de subscrição que constam do **Anexo 34**, todos rubricados e assinados pelos componentes da Mesa e pelos subscritores. Verificado o Presidente que foram observadas as formalidades legais e que não existe qualquer oposição da subscritora, declarou constituída a Companhia. Em seguida, o Presidente disse que cumpria atender à previsão legal e eleger os primeiros administradores; e submeteu essas matérias aos subscritores, que: (i) deliberaram não instalar o Conselho Fiscal, para o exercício social em curso; (ii) elegeram para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data: **João Paulo dos Santos Pacifico**, brasileiro, engenheiro

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2B83-CE9D-6460-069E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B83-CE9D-6460-069E



### Hash do Documento

15CB16C92E98E94ED807A8CAD4AB0E564CF3363DAC13B0698C6A85D041BCC28D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/10/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 08/10/2022 06:47 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1333-BE7B-CBCD-3B44> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1333-BE7B-CBCD-3B44



### Hash do Documento

24731BEB930A3598382F5C69704FC62EC73E7B702A722F1A3CA1E209EFCA84A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/10/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 08/10/2022 06:48 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9DE9-A801-2016-5649> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9DE9-A801-2016-5649



### Hash do Documento

6392EE92FCB8588CFF8FD29DA487C34192B489BED06D47CA296AB2ACDE464432

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/10/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 08/10/2022 06:48 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

